



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos através do presente relatório, contendo as notas explicativas e relatório dos auditores independentes atuarial e demonstrações financeiras. Apesar das incertezas criadas pela pandemia da Covid-19, a Seguradora encerrou o exercício de 2021 mantendo a sua posição de liderança na atuação no mercado de seguro de crédito com um total de prêmios emitidos de R\$196.496 no exercício. Visando nos adequarmos à nova realidade da economia, temos focado na

revisão de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente, nos setores mais afetados pela crise. O contínuo monitoramento dos riscos alinhado à estratégia comercial segue contribuindo para mantermos um portfólio de risco controlado (*"loss ratio"* líquido de resseguro em 2021 de 11,2%) mesmo diante da situação delicada e desafiadora em que estamos operando. Em relação aos indicadores de solvência, a Seguradora segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de ativos e programa de resseguro, demonstrando sua capacidade de continuar operando mesmo diante do cenário mais pessimista devido a pandemia ou pós pandemia cujas incertezas ainda persistem. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões

brasileiras e melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Agradecemos: A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros) aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		446.919	251.213	Circulante		396.631	298.406
Disponível		8.034	8.883	Contas a pagar		94.311	38.803
Caixa e bancos		8.034	8.883	Obrigações a pagar	10	9.046	2.192
Aplicações	5	194.046	38.892	Impostos e encargos sociais a recolher		3.379	2.978
Créditos das operações com seguros e resseguros		186.658	144.400	Encargos trabalhistas		1.601	1.995
Prêmios a receber	6	148.340	120.795	Impostos e contribuições	12	19.419	1.574
Operações com resseguradoras	7	38.318	23.605	Outras contas a pagar	10	60.866	30.064
Outros créditos operacionais		62	62	Débitos de operações com seguros e resseguros		143.751	107.678
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	32.573	43.752	Prêmios a restituir		53	51
Títulos e créditos a receber		13.808	5.438	Operações com resseguradoras	7	120.753	86.790
Títulos e créditos a receber		1.774	402	Corretores de seguros e resseguros		16.713	14.580
Créditos tributários e previdenciários	9	8.601	2.472	Outros débitos operacionais	7	6.232	6.257
Outros créditos	8	3.433	2.564	Depósitos de terceiros	11	4.107	2.807
Despesas antecipadas		195	210	Provisões técnicas - seguros		154.120	149.118
Custos de aquisição diferidos		11.543	9.576	Danos	13a	154.120	149.118
Seguros	13c	11.543	9.576	Outros débitos	3.12	342	-
Ativo Não Circulante		51.005	127.658	Débitos diversos		342	-
Realizável a Longo Prazo		45.164	123.404	Passivo Não Circulante		12.487	9.414
Aplicações	5	30.247	110.951	Débitos das operações com seguros e resseguros		1.184	991
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	8.358	7.494	Corretores de seguros e resseguros		1.184	991
Prêmios a receber		8.358	7.494	Provisões técnicas - seguros		8.472	7.841
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	595	516	Danos	13a	8.472	7.841
Títulos e créditos a receber		3.716	3.440	Outros débitos		2.044	582
Créditos tributários e previdenciários	9	2.971	2.747	Provisões judiciais	14	2.044	582
Depósitos judiciais e fiscais	15	745	693	Outros débitos	3.12	787	-
Outros valores e bens	3.12	1.094	-	Débitos diversos		787	-
Custos de aquisição diferidos		1.154	1.003	Patrimônio Líquido		16	88.806
Seguros	13c	1.154	1.003	Capital social	16a	48.957	48.957
Investimentos		246	246	Reservas de lucros	16b	40.103	21.462
Participações societárias	3.4	224	224	Ajuste de avaliação patrimonial	16d	(254)	632
Outros investimentos		22	22	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		497.924	378.871
Imobilizado		1.881	1.008				
Bens móveis		1.881	1.008				
Intangível		3.714	3.000				
Outros intangíveis		3.714	3.000				
Total do Ativo		497.924	378.871				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Nota	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária			
Aumento capital - incorporação acervo líquido da Sbcce - Portaria Susep nº 7.640 15/06/2020	1	23.494	3.705	16.990	702	-	44.891
Reversão de dividendos propostos AGE 30/07/2020		-	-	160	-	-	160
Títulos e valores mobiliários	16d	-	-	-	(70)	-	(70)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	796	796
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	40	-	-	(40)	-
Reserva estatutária	16b	-	-	567	-	(567)	-
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 0,04 por ação	16c	-	-	-	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		48.957	3.745	17.717	632	-	71.051
Títulos e valores mobiliários	16d	-	-	-	(886)	-	(886)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.447	24.447
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	1.222	-	-	(1.222)	-
Reserva estatutária	16b	-	-	17.419	-	(17.419)	-
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 1,19 por ação	16c	-	-	-	-	(5.806)	(5.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		48.957	4.967	35.136	(254)	-	88.806

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Francaise d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores, em última instância, são os "Banques Populaires e Caisses d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social, atualmente, a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e, adicionalmente, pela COFACE FRANÇA. 1.1. **Incorporação do Acervo Líquido da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A (SBCE):** Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a incorporação da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A. ("Sbcce") pela Coface do Brasil, mediante aumento de capital da Seguradora com o acervo líquido da Sbcce, no montante de R\$25.463. A reestruturação societária teve por objetivo potencializar a sinergia da estrutura do Grupo Coface no país, resultando em benefícios de ordem administrativa e operacional. O Patrimônio Líquido da empresa incorporada (Sbcce), em 31 de março de 2020, estava suportado por laudo de avaliação a valor contábil, datado de 30 de abril de 2020. Em 30 de junho de 2020, foi publicada, no diário oficial, a Portaria SUSEP nº 7.640, autorizando a incorporação da Sbcce pela Coface do Brasil nos termos do instrumento de protocolo e justificativa de incorporação firmado em 30 de abril de 2020, com a consequente extinção da Sbcce. De acordo com os termos do instrumento de protocolo e justificativa de incorporação, as variações patrimoniais ocorridas a partir de 31 de março de 2020 foram reconhecidas na Coface do Brasil.

Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados em 31 de março de 2020:

Ativo	31/03/2020	Passivo	31/03/2020
Disponível	17.301	Contas a pagar	12.893
		Débitos de operações	
Aplicações	34.247	de resseguros	30.375
Créditos das operações	33.067	Depósitos de terceiros	280
Títulos e créditos a receber	3.718	Provisões técnicas	30.216
Despesas antecipadas	-	Outros débitos	144
Custos de aquisição diferidos	1.341	Patrimônio líquido	25.463
Ativos de resseguros	9.473		
Permanente	224		
Total	99.371	Total	99.371

Para análise das demonstrações financeiras do exercício de 2021 deve-se considerar que os valores relativos ao seguro exportação impactaram no demonstrativo de resultado a partir de abril de 2020.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. 2.1. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. 2.2. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R\$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. 2.3. **Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução nº 4.444/15 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos: Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.10 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. **Caixas e bancos:** Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. 3.2. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças no valor justo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, na forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários. **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Prêmios a receber", os ativos de "Resseguro" e outros recebíveis decrescido de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros que perderem valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos ou quando houver evidência objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável e neste caso será reconhecida ao resultado. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito doméstico, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, a quantidade de parcelas vencidas e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito à exportação, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que consiste no provisionamento de prêmios vencidos acima de 60 dias. Para os créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável, é constituída, com

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos	18a	196.496	142.484
Varição das provisões técnicas de prêmios		(31.776)	(13.006)
Prêmios ganhos		164.720	129.478
Sinistros ocorridos	18b	4.885	(42.946)
Custos de aquisição	18c	(20.558)	(16.846)
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	(24)	1.042
Resultado com resseguro	7a	(56.988)	(13.937)
Receita (despesa) com resseguro	7a	(6.195)	23.866
Despesa com resseguro	7a	(50.793)	(37.803)
Despesas administrativas	18e	(47.768)	(47.372)
Despesas com tributos	18f	(6.323)	(4.643)
Resultado financeiro	18g	6.423	(2.218)
Resultado operacional		44.367	2.558
Ganhos com ativos não correntes		67	10
Resultado antes dos impostos e participações		44.434	2.568
Imposto de renda	19	(11.443)	(1.152)
Contribuição social	19	(8.072)	(715)
Participações sobre o lucro		(472)	95
Lucro líquido do exercício		24.447	796
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro por lote de mil ações (R\$)		1.190,38	38,76

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	24.447	796
Outros resultados abrangentes	(886)	(70)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(1.477)	(117)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	591	47
Resultados abrangentes	23.561	726

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	24.447	796
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	632	435
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	39	(996)
Variação cambial operacional	2.362	(173)
Varição nas contas patrimoniais:	(18.687)	(6.655)
Ativos financeiros - aplicações	(75.336)	(32.909)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(41.721)	13.104
Ativos de resseguro	21.097	25.368
Créditos fiscais e previdenciários	(6.353)	1.313
Custos de aquisição diferidos	(1.994)	(579)
Depósitos judiciais e fiscais	(52)	(502)
Despesas antecipadas	15	(135)
Outros ativos	(3.335)	6.340
Impostos e contribuições	25.268	1.651
Outras contas a pagar	32.585	5.743
Débitos de operações com seguros e resseguros	24.373	(34.030)
Depósitos de terceiros	1.300	2.527
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.603	5.778
Provisões judiciais	1.462	(109)
Outros passivos	401	(215)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	8.793	(6.593)
Imposto sobre lucro pagos	(7.423)	(883)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	1.370	(7.476)
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(929)	(665)
Aquisição de intangível	(1.290)	(871)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(2.219)	(1.536)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(849)	(9.012)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.883	594
Caixa e equivalente de caixa oriundos da Incorporação do Acervo Líquido da SBCE	-	17.301
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	8.034	8.883



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)**

efetivamente encerrados (com ou sem indenização) e aqueles provisionados inicialmente, de forma que determina-se percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor). A Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data-base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo matemático "triângulo de run-off" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados para 15 semestres. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 90 meses obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente) do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 90 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2012.

3.6. Teste de adequação dos passivos: Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar, na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa prefixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo prefixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2021. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocaíveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não indicou a necessidade de ajustes nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija os cálculos relacionados aos ativos de resseguro quando não há apuração de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e mantendo a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro. O resultado do TAP para o Ativos de Resseguros também foi negativo, não sendo necessário o registro do ativo de resseguro da Provisão Complementar de Cobertura em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.7. Benefícios a empregados: Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$302 (R\$266 em 31 de dezembro de 2020). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15% até junho de 2021 e a partir desta data a 20% retornando a alíquota anterior a partir de janeiro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível.

3.9. Provisões judiciais: São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo.

3.10. Classificação dos contratos de seguros: Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11.

3.11. Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora.

3.12. Arrendamento Mercantil: A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado,

em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO
A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de "compliance".

4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos: Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional.

a) Conselho de administração: Reúne-se, no mínimo, bimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades.

b) Reuniões da diretoria: A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas.

c) "Management committee" (Comitê de gestão): Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. Auditoria interna. Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração.

e) Comitê de provisões: Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora.

f) Comitê de turnover (contratos): Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora.

g) Comitê de controles internos: O comitê de Controles Internos, formado pela diretoria/presidência, gestor jurídico, responsável por compliance e gestor de riscos, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria.

4.2. Gestão de risco de seguros: O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes, exclusivamente, dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas.

a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro: A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - SUSEP e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Conseqüentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor.

b) Mitigadores do risco de subscrição: Os "Underwriters" da Seguradora analisam, individualmente, o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste, basicamente, de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco

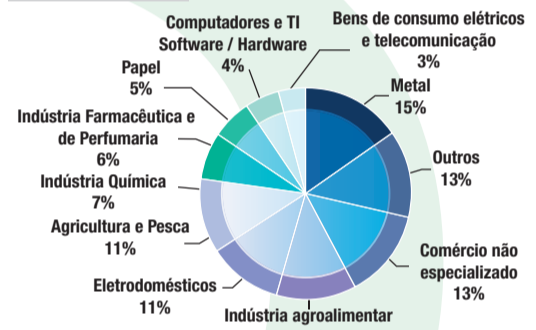
chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui um treinamento in loco com os especialistas globais da Seguradora no México, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado.

c) Mitigadores do risco de resseguro: O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora a partir de 2017 passou a operar o resseguro junto a Munich Re que detém o rating AA emitido pela Fitch Ratings em junho de 2021. Temos também relacionamento operacional com o IRB-Brasil Re, classificado como risco A- (dezembro/2021) pela A.M. Best Co.

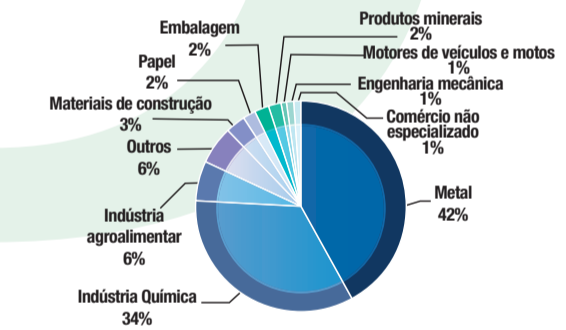
d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes: Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada, anualmente, teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data-base.

4.2.1. Exposição dos limites de crédito: As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico, abaixo, mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2021.

DOMÉSTICO



EXPORTAÇÃO



Sensibilidade do risco de seguro

É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Variação de sinistros ocorridos (líquidos de resseguro)	Variação líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2021	(1.824)	(1.003)
Em 31 de dezembro de 2020	(7.463)	(4.478)

4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas. A tabela, a seguir, apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Ativos financeiros	Sem vencimento definido	Vencidos	31/12/2021		Total
			A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	
Caixa e bancos	8.034	-	-	-	8.034
Aplicações (i)	8.265	-	185.781	30.247	224.293
Prêmios a receber (ii)	-	4.651	143.689	8.358	156.698
Operações com resseguradoras	-	-	38.318	-	38.318
Outros créditos operacionais	-	-	62	-	62
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	-	-	32.573	595	33.168
Créditos tributários e previdenciários	-	-	8.601	2.971	11.572
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	745	745
Outros Valores e bens	-	-	-	1.094	1.095
Total	16.299	4.651	409.024	44.010	473.984

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento". (ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R\$72.872, foram alocados, integralmente, na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, no montante total de R\$6.454, em ativos de resseguros.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021		
	A vencer até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Passivos Financeiros			
Obrigações, outras contas a pagar	69.912	-	69.912
Impostos, contribuições e encargos	24.399	-	24.399
Prêmios a restituir	53	-	53
Operações com resseguradoras	120.753	-	120.753
Corretores de seguros e resseguros	16.713	1.184	17.897
Outros débitos operacionais	6.232	-	6.232
Depósitos de terceiros	4.107	-	4.107
Provisões técnicas seguros (i)	154.120	8.472	162.592
Provisões judiciais	-	2.044	2.044
Débitos diversos	342	787	1.129
Total	396.631	12.487	409.118

(i) O montante de R\$31.968 é referente a PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano.

	31/12/2020				
	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Ativos Financeiros					
Caixa e bancos	8.883	-	-	-	8.883
Aplicações (i)	7.659	-	31.233	110.951	149.843
Prêmios a receber (ii)	-	3.471	117.324	7.494	128.289
Operações com resseguradoras	-	-	23.605	-	23.605
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	-	-	43.752	516	44.268
Créditos tributários e previdenciários	-	-	2.472	2.747	5.219
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	787	693	693
Total	16.542	3.471	218.386	122.401	360.800

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento" (ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R\$59.277, foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativos a IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R\$10.598 em ativos de resseguros.

	31/12/2020		
	A vencer até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Passivos Financeiros			
Obrigações, outras contas a pagar	32.256	-	32.256
Impostos, contribuições e encargos	6.547	-	6.547
Prêmios a restituir	51	-	51
Operações com resseguradoras	86.790	-	86.790
Corretores de seguros e resseguros	14.580	991	15.571
Outros débitos operacionais	6.257	-	6.257
Depósitos de terceiros	2.807	-	2.807
Provisões técnicas seguros (i)	149.118	7.841	156.959
Provisões judiciais	-	582	582
Total	298.406	9.414	307.820

(i) O montante de R\$45.056 é referente a PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco elevado às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha por meio de boletins dos seus bancos parceiros quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) e (iii) taxa de câmbio em relação ao dólar americano em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são: a elevação ou redução de 20% na taxa Selic como também a elevação ou redução de 20% na variação cambial. O índice de rentabilidade de que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo VIP Cambial 179,5% do CDI no exercício de 2021 e carteira administrada, composta por títulos públicos - LFT e NTN, 94,6% do CDI no exercício de 2021 (107,6% do CDI em 2020). A tabela, abaixo, demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2021 com relação à variação da taxa SELIC e do dólar:

	Aplicação financeira	Variação %	31/12/2021	
			Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Aumento do CDI	LFT - Letra do tesouro nacional	20%	873	524
	NTN - Nota do tesouro nacional	20%	366	220
Aumento do USD	Fundo VIP cambial	do dolar	130	78
Redução do CDI	LFT - Letra do tesouro nacional	20%	(1.629)	(977)
	NTN - Nota do tesouro nacional	20%	(349)	(209)
Redução do USD	Fundo VIP cambial	do dolar	(130)	(78)

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. De acordo com a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2021 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agência de rating Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

	31/12/2021		
	BB	Sem rating	Total
Ativos financeiros/rating			
Disponíveis para a venda	192.655	-	192.655
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	192.655	-	192.655
Negociação	8.264	-	8.264
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	8.264	-	8.264
Mantido até o vencimento	23.373	-	23.373
Time deposit (ii)	23.373	-	23.373
Caixa e bancos	8.034	-	8.034
Prêmios a receber de segurados	-	156.698	156.698
Total	232.326	156.698	389.024

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

	31/12/2020		
	BB	Sem rating	Total
Ativos financeiros/rating			
Disponíveis para a venda	134.359	-	134.359
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	134.359	-	134.359
Negociação	7.659	-	7.659
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	7.659	-	7.659
Mantido até o vencimento	7.825	-	7.825
Time deposit (ii)	7.825	-	7.825
Caixa e bancos	8.883	-	8.883
Prêmios a receber de segurados	-	128.289	128.289
Total	158.726	128.289	287.015

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do CMR deverá atender aos seguintes requisitos: **a)** no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1. **b)** no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3. **c)** no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	88.806	71.051
(-) Despesas antecipadas	(195)	(210)
(-) Créditos tributários - prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - nota 9	-	(797)
(-) Outros investimentos	(246)	(246)
(-) Ativo intangível	(3.714)	(3.000)
Patrimônio líquido ajustado (A)	84.651	66.798
Capital-base (I)	8.100	15.000
Capital de risco (II) - (C)	26.128	23.777
Capital de risco de subscrição	21.910	20.371
Capital de risco de crédito	3.957	2.476
Capital de risco operacional	1.192	1.000
Capital de risco de mercado	2.544	3.225
Deflator em função da correlação entre os riscos	(3.475)	(3.295)
Capital mínimo requerido (B) - (maior entre I e II)	26.128	23.777
Suficiência de capital (A) - (B)	58.523	43.021

	PLA	CMR cobertura	PLA final	PLA/CMR
Nível 1	102.679	13.064	102.679	786%
Nível 2	54.800	-	54.800	N/A
Nível 3	4.155	3.920	4.155	106%
Nível 2 + 3	58.955	13.064	58.955	451%

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema Enablon, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Aculturamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles

5. APLICAÇÕES

Tipo	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020					
	Sem vencimento	Acima 365 dias	Até 365 dias	Valor contábil/justo	Custo atualizado	%	Valor contábil/justo	Custo atualizado	%
Disponível para a venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos do Tesouro Nacional	-	30.247	162.409	192.656	193.079	86%	134.359	133.306	90%
Negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo investimento financeiro	8.264	-	-	8.264	8.264	4%	7.659	7.659	5%
Mantidos até o vencimento	-	-	23.373	23.373	23.373	100%	7.825	7.825	5%
Time deposit	-	-	23.373	23.373	23.373	100%	7.825	7.825	5%
Total	8.264	30.247	185.782	224.293	224.716	100%	149.843	148.790	100%

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo, em 31 de dezembro de 2021, bruto de imposto de renda e contribuição social é de R\$(423) (R\$1.053 em 31 de dezembro de 2020).

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Movimentação de aplicações financeiras		
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	149.843	82.757
Valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento	-	4.916
(Saldo da incorporada)	-	2.880
Aplicações	605	(137)
Rendimento - nota 18g	605	7.659
Variação	605	7.659

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponível para a venda		
Letras financeiras do tesouro nacional		
Saldo da incorporada	-	29.330
(Aplicações)	97.726	69.343
Resgates	(40.319)	(50.865)
Rendimento - nota 18g	6.632	2.544
Ajuste ao valor justo	144	(144)
Variação	64.183	50.208

	31/12/2021	31/12/2020
Notas do tesouro nacional		
Resgates	(6.046)	-
Rendimento - nota 18g	1.781	1.368
Ajuste ao valor justo	(1.621)	26
Variação	(5.886)	1.394
Mantido até o vencimento		
Time deposit		
Aplicações	35.106	15.083
Resgates	(20.734)	(7.063)
Rendimento - nota 18g	88	31
Variação cambial - nota 18g	1.088	(226)
Variação	15.548	7.825
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	224.293	149.843

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2021	31/12/2020
Disponível para a venda	192.656	134.359
Negociação	8.264	7.659
Mantidos até o vencimento	Nível 2	Nível 2
Total	23.373	7.825
Desempenho	224.293	149.843

A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2021, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 5,41% no acumulado do exercício (3,97% em dezembro de 2020). Essa rentabilidade representa 130,1% do CDI que foi de 143,5% no ano de 2020.

são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema Enablon. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo COFACE implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo COFACE é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos as linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou Compliance a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditoria Interna. **4.8. Risco legal e de "compliance":** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na apólice. O risco de "Compliance" vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "compliance", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da Susep vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa torna-se um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "Compliance" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "Directors and Officers" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôles Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades supervisionadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios a receber de segurados (i)	Operações com resseguradoras	Total	Prêmios a receber de segurados	Operações com resseguradoras	Total
Prêmios a receber de segurados (i)	158.250	-	158.250	129.802	-	129.802
Operações com resseguradoras	-					



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	Total	Doméstico	Exportação	Doméstico	Exportação
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Saldo no início do exercício .	(1.513)	(158)	(1.355)	(256)	-
(+) Acervo líquido SBCE	-	-	-	-	(1.582)
(+) Ajustes estimativas	(58)	-	(58)	-	406
(+) Constituições do exercício	(1.023)	(359)	(664)	(58)	(989)
(-) Reversões do exercício	1.042	59	983	156	810
Saldo no final do exercício	(1.552)	(458)	(1.094)	(158)	(1.355)

7. OPERAÇÕES DE RESSEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

Descrição	Total	Doméstico	Exportação	Doméstico	Exportação
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Operações com resseguradoras - Ativo	38.318	30.986	7.332	11.759	11.846
Recuperação de sinistros pagos	26.665	21.588	5.077	6.538	3.786
Recuperação de despesas pagas	3.296	2.822	474	225	349
Recuperação de excedente técnico	8.151	6.390	1.761	4.810	7.691
Outros créditos	206	186	20	186	20
Ativos de resseguros - provisões técnicas	33.168	25.520	7.648	34.086	10.182
Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - Nota 13b	9.383	8.874	509	11.121	4.408
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13b	5.106	4.511	595	9.063	1.941
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	575	440	135	817	175
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - Nota 13b	14.119	8.713	5.406	10.363	2.486
Provisão de excedente técnico (PET)	3.985	2.982	1.003	2.722	1.172
Operações com resseguradoras - Passivo	120.753	93.444	27.309	69.282	17.508
Prêmios de resseguro	52.274	40.229	12.045	33.976	4.743
Adiantamento de sinistro	36.996	28.394	8.602	14.834	7.127
Outros débitos - ressarcimento .	31.483	24.821	6.662	20.472	5.638
Outros débitos operacionais - Passivo	6.232	3.259	2.973	2.852	3.405
Valores de ressarcimento a classificar	6.232	3.259	2.973	2.852	3.405

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total	Doméstico	Exportação	Doméstico	Exportação
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Receitas/(despesas) com resseguros	(6.195)	(1.647)	(4.548)	18.016	5.850
Recuperações de avisos e despesas de sinistros	(2.262)	1.467	(3.729)	10.885	4.428
Estimativa de ressarcimentos sobre PSL	710	552	158	466	(159)
IBNeR sobre recuperação de sinistro	1.739	1.324	415	233	(353)
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR .	(483)	(437)	(46)	272	187
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(5.899)	(4.553)	(1.346)	6.160	1.747
Despesas com resseguros	(50.793)	(34.796)	(15.997)	(33.739)	(4.064)
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(46.789)	(31.386)	(15.403)	(15.797)	(1.155)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.313	(1.649)	2.962	(15.526)	(1.693)
Ressarcimento de resseguros	(4.769)	(4.350)	(419)	(4.918)	(878)
Outros	(548)	2.589	(3.137)	2.502	(338)
Resultado operacional de resseguros	(56.988)	(36.443)	(20.545)	(15.723)	1.786

b) **Prêmios de resseguro - Carteiros:** A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. c) **Percentual ressegurado:** O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 23,81% da carteira no período analisado (11,90% em 31 de dezembro de 2020). d) **Discriminação dos resseguradores:** A Seguradora manteve, até dezembro de 2016, contrato de cessão de resseguros junto a um dos resseguradores locais - IRB- Brasil RE, cujo rating é A- emitida pela classificadora de risco A.M. Best (dezembro de 2021). A partir de 2017, iniciou relacionamento operacional com a Munich Re que globalmente possui rating AA emitida pela Fitch em junho de 2021.

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a funcionários	221	286
Créditos a receber - rateio (nota 19)	3.212	2.278
Total	3.433	2.564

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL - antecipações e restituições	8.601	2.472
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	2.971	1.950
IRPJ e CSLL sobre prejuízos e base negativa	-	797
Total	11.572	5.219

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	6.067	261
Gratificação, participação nos lucros e outros	4.183	2.375
Partes relacionadas - nota 20	59.662	29.620
Total	69.912	32.256

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	01 a 60	Acima 180	Total
Prêmios e emolumentos	4.091	16	4.107

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	11.079	359
Contribuição social	7.834	224
COFINS	581	490
PIS	94	80
Outros - MTM	(169)	421
Total	19.419	1.574

13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Danos	Total	Doméstico	Exportação	Doméstico	Exportação
Descrição	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	107.156	87.706	19.450	69.314	19.590
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNeR) - nota 13b	22.996	19.962	3.034	23.119	8.737
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	12.765	11.277	1.488	18.122	3.881
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.366	1.085	281	1.646	353
Provisão com excedente técnico - PET	18.309	13.532	4.777	8.462	3.735
Total	162.592	133.562	29.030	120.663	36.296

b) Movimentação das principais provisões técnicas

Bruto de resseguros	Ramo	31/12/2020	Consti- tuição	Reversão/ Ajuste	Paga- mento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	Doméstico	69.313	191.066	(172.673)	-	-	87.706
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	Exportação	19.590	26.542	(27.759)	-	1.077	19.450
Provisão sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	Doméstico	23.118	25.660	(10.836)	(17.980)	-	19.962
Provisão despesas relacionadas PDR	Exportação	8.736	4.060	(7.357)	(2.822)	417	3.034
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	18.122	3.663	(10.508)	-	-	11.277
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Exportação	3.882	1.351	(3.745)	-	-	1.488
Provisão despesas relacionadas PDR	Doméstico	1.646	2.458	(1.006)	(2.013)	-	1.085
Provisão excedente técnico PET	Exportação	353	783	(624)	(252)	21	281
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	8.462	18.962	(6.458)	(7.434)	-	13.532
	Exportação	3.737	2.681	(733)	(912)	4	4.777
Total	Total	156.959	277.226	(241.699)	(31.413)	1.519	162.592

Resseguros	Ramo	31/12/2020	Consti- tuição	Reversão/ Ajuste	Paga- mento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	Doméstico	10.362	17.425	(19.074)	-	-	8.713
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	Exportação	2.487	9.809	(6.847)	-	(43)	5.406
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Doméstico	11.119	4.278	(1.734)	(4.789)	-	8.874
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Exportação	4.409	(322)	(2.860)	(927)	209	509
Provisão despesas relacionadas PDR	Doméstico	9.063	1.895	(6.447)	-	-	4.511
Provisão excedente técnico PET	Exportação	1.941	674	(2.020)	-	-	595
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	818	116	246	(740)	-	440
Provisão excedente técnico PET	Exportação	175	215	(245)	(30)	20	135
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	2.722	631	(371)	-	-	2.982
Provisão excedente técnico PET	Exportação	1.172	169	(338)	-	-	1.003
Total	Total	44.268	23.017	(27.817)	(6.486)	186	33.168

c) Custo de aquisição diferido

Bruto de resseguros	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão/ Ajuste	Variação cambial	31/12/2021
Custo de aquisição diferido	Doméstico	8.521	82.754	(80.698)	-	10.577
	Exportação	2.058	16.895	(16.957)	124	2.120
Total	Total	10.579	99.649	(97.655)	124	12.697

d) **Desenvolvimento de sinistros:** O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	509.046	89.931	34.483	25.742	52.282	41.249	19.306	-
Um ano após o aviso	397.797	75.816	32.526	21.326	47.717	30.617	-	-
Dois anos após o aviso	385.254	71.039	32.439	20.610	46.554	-	-	-
Três anos após o aviso	383.648	65.091	32.465	20.606	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	381.483	64.993	32.569	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	380.429	64.824	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	378.020	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas dos sinistros	378.020	64.824	32.569	20.606	46.554	30.617	19.306	592.496
Incorporação SBCE	-	412	778	123	4.228	4.678	-	10.219
Oscilação cambial	-	(145)	32	(34)	(46)	(209)	13	(389)
(-) Pagamentos	(374.780)	(64.260)	(30.610)	(19.949)	(50.645)	(27.709)	(4.798)	(572.751)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2021 (i)	3.240	831	2.769	746	91	7.377	14.521	29.575

(i) O montante de R\$(6.579), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	187.703	40.273	19.741	13.751	20.507	24.438	15.737	-
Um ano após o aviso	162.477	36.369	17.860	11.628	17.933	19.884	-	-
Dois anos após o aviso	158.193	35.557	17.726	11.140	17.430	-	-	-
Três anos após o aviso	157.726	35.100	17.678	11.136	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	157.727	35.012	17.678	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	157.241	34.860	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	156.787	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas dos sinistros	156.787	34.860	17.678	11.136	17.430	19.884	15.737	273.512
Incorporação SBCE	-	371	596	123	2.863	3.527	-	7.480
Oscilação cambial	-	(131)	19	(34)	(65)	(191)	13	(389)
(-) Pagamentos	(156.113)	(34.643)	(16.995)	(10.925)	(20.156)	(19.920)	(4.500)	(263.252)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2021 (i)	674	457	1.298	300	72	3.300	11.250	17.351

(i) O montante de R\$(3.736), referente às operações de retrocessão



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
f) Despesas com tributos		
COFINS	(4.869)	(3.560)
Programa de integração social - PIS	(791)	(579)
Taxa fiscalização - SUSEP	(564)	(355)
Outros	(99)	(149)
Total	(6.323)	(4.643)
g) Resultado financeiro		
Rendimento aplicação financeira - nota 5	10.194	3.580
Receitas (despesas) financeiras com operações de seguros	(2.387)	104
Varição cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	(1.296)	-
Varição cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	(88)	(5.872)
Outros	-	(30)
Total	6.423	(2.218)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	44.434	2.568
Participação nos lucros - PLR	(472)	95
Lucro antes das adições e exclusões	43.962	2.663
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	2.550	(1.779)
Provisão devedores duvidosos	39	1.227
Provisão para gratificação e PLR	1.049	99
Contingências e outros	1.462	(3.105)
Adições (exclusões) permanentes	766	562
Gratificações estatutárias	653	562
Multas e brindes	113	-
Lucro	47.278	1.446
Realização prejuízo fiscal	-	(434)
Lucro tributável	47.278	1.012
Imposto de renda	(11.867)	(635)
Incentivo fiscal - PAT	284	16
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	606	(251)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(466)	(282)
Total IRPJ	(11.443)	(1.152)
Contribuição social	(8.155)	(395)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	363	(151)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(280)	(169)
Total CSSL	(8.072)	(715)
Alíquota efetiva	44%	70%

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Descrição	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Receita
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda.	3.212	(283)	928	(1.816)	2.008	(155)
Coface Debt Collection (b)	-	(157)	-	(68)	(146)	(188)
Cogeri (a)	-	(4.786)	-	(1.084)	(3.738)	(954)
Coface S/A (e)	-	(46.029)	-	(14.644)	(22.830)	(30.190)
Itália	1.541	-	1.541	-	-	-
Ibérica	163	-	163	-	-	-
Estados Unidos	636	-	636	-	-	-
Coface Service México (d)	-	(11.187)	-	(6.105)	(3.052)	(14.094)
Total	5.552	(62.442)	3.268	(23.717)	(27.758)	(45.581)

Diretoria

Rosana Passos de Pádua
Rose do Amaral Cordeiro

Conselho de Administração

Marcele Lemos Ferreira
José Jesus Nieto Sañudo
Salvador Antonio Pérsico

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borghna
Contador CRC 1SP 217793/O-2
Cristina Cantanhede Biasotto Mano
Atuário Responsável Técnico - MIBA 900

Parecer do Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos

da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres

de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2021
Total de provisões técnicas	162.592
Total de ativos de resseguro provisões técnicas	33.168
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	38.318
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2021
Provisões Técnicas auditadas (a)	162.592
Valores redutores auditados (b)	43.806
Total a ser coberto (a-b)	118.786
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2021
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	26.128
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	26.128
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2021
Patrimônio Líquido Ajustes contábeis Total (a)	84.651
Ajustes Econômicos do PLA	0
Exigência de Capital (CMR) (b)	26.128
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	58.523
Ativos Garantidores (d)	200.920
Total a ser Coberto (e)	118.786
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	82.134
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2021
0748, 0860	275
0749, 0819	307

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações

das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(ies) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo

de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha

Contador

CRC n° 1 SP 214.144/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>